



Concurso Público para Provimento de Vagas para Cargos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE'S) do IFPE

EDITAL Nº 39/2025 - REI/IFPE

# TAE CONCURSO PÚBLICO

## TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO



## Caderno de Provas

**TAE  
201**

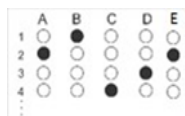
**ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO**

Edital Nº 039/2025 – REI/IFPE

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas, das quais apenas 01 (uma é correta).
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área de conhecimento da questão	Número de questões	Valor total Pontos
Língua Portuguesa	10 questões	10 pontos
Noções de Informática	05 questões	05 pontos
Legislação Aplicada	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	05 pontos
Conhecimentos Específicos	20 questões	60 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

**LÍNGUA PORTUGUESA**

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto a seguir.

**Além das leis, precisamos promover o desejo por bibliotecas**

*Leonardo Assis*

Nos últimos 30 anos, temos acompanhado a criação de leis relacionadas às bibliotecas públicas, passando pelas escolares e, mais recentemente, chegando àquelas previstas nos empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida. Essas medidas buscam garantir espaços legítimos de existência e atuação para as bibliotecas. Esse crescimento do interesse pela instituição é fruto do trabalho de muitos profissionais que lutam para criar espaços de fruição da informação e, conseqüentemente, da cultura em nossa sociedade.

Iniciativas como essas são fundamentais. Elas expressam posicionamentos estratégicos para assegurar que a população tenha acesso a ambientes propícios ao desenvolvimento pleno do ser. Esses guerreiros, como gosto de chamá-los, são aqueles que compreenderam e valorizam o poder transformador das bibliotecas na vida em sociedade.

Neste momento, em que um mínimo legal foi e está sendo garantido, é necessário que a sociedade compreenda a importância das bibliotecas, ou melhor, da informação, para a sua vida, tanto no aspecto material quanto simbólico. Só esse espaço plural, onde diferentes discursos coexistem e o autoritarismo não encontra lugar, pode levar a sociedade à compreensão das desigualdades e à busca por uma prosperidade que, mesmo quando individual, tem reflexos coletivos.

O grande desafio atual, no processo de institucionalização das leis sobre bibliotecas, é tornar esses espaços relevantes e significativos para os contextos em que estão inseridos. E isso exige uma formação profissional na área de biblioteconomia e de estudos da informação que vá além da técnica e abrace o contexto social.

Apenas um olhar atento às comunidades atendidas poderá transformar essa realidade, fazendo com que leis e decretos deixem de ser apenas formalidades para se tornarem ações concretas. É assim que as bibliotecas, especialmente as públicas e escolares, podem assumir um papel protagonista em nossa sociedade.

Ao olharmos para a história da humanidade, da Mesopotâmia às redes de informação contemporâneas, percebemos que o desenvolvimento das nações sempre esteve ligado ao fortalecimento de suas instituições de informação. Esse ensinamento nos coloca diante de um momento ímpar. Se já temos leis que favorecem as bibliotecas, por que elas ainda não se tornaram plenamente efetivas?

A resposta, ainda que parcial, é clara: falta engajamento. A atuação profissional no campo das bibliotecas ainda é falha em muitos contextos. É preciso reduzir o tempo, aqui entendido como o tempo de formação, que o profissional leva para encarar o cenário real de sua prática. E essa formação não pode se restringir a métodos e formas; ela precisa instigar o desejo. Um desejo que seja coletivo, que nasça da comunidade, e não apenas da atuação isolada de um profissional diante de um acervo que, por si só, não tem valor.

Profissionais, é preciso buscar a instalação desse desejo por bibliotecas em nossas comunidades. E esse desejo vem a partir do momento em que a sociedade percebe que os ganhos, não apenas no sentido material, são muitos quando proporcionados por uma biblioteca.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/>. Acesso em: 01 set. 2025.

1. De acordo com o texto,

- A) é preciso criar leis mais eficientes para melhorar o papel das bibliotecas.
- B) as leis criadas para as bibliotecas carecem de rigidez técnica.
- C) as bibliotecas tornaram-se reféns dos anseios das comunidades.
- D) é preciso mudar o comportamento social em relação às bibliotecas.
- E) as bibliotecas são relevantes tão somente no aspecto material da vida.

2. De forma global, o texto propõe-se a

- A) construir um posicionamento diante de uma verdade científica e, por isso, o tipo dominante é o expositivo.
- B) convocar os leitores a defenderem uma causa social relevante e, por isso, o tipo dominante é o injuntivo.
- C) construir uma imagem precisa do arcabouço legal em relação ao papel social das bibliotecas, e, por isso, o tipo dominante é o descritivo.
- D) relatar a situação de limitação dos aspectos legais no que se refere à valorização das bibliotecas, e, por isso, o tipo dominante é o narrativo.
- E) construir um posicionamento diante de algo que não é consensual e, por isso, o tipo dominante é o argumentativo.

3. Leia o excerto reproduzido a seguir.

É preciso reduzir o tempo, aqui entendido como o tempo de formação, que o profissional leva para encarar o cenário real de sua prática.

Sobre a pontuação do excerto, é correto afirmar:

- A) as duas vírgulas são justificáveis, pois delimitam uma oração adverbial intercalada.
- B) a retirada da primeira vírgula não compromete as relações sintático-semânticas do período.
- C) a retirada da segunda vírgula não compromete as relações sintático-semânticas do período.
- D) as duas vírgulas são justificáveis, pois delimitam um bloco de informação secundária.
- E) as duas vírgulas são justificáveis, pois indicam pausa respiratória em período extenso.

4. Leia o excerto a seguir.

[...] pode levar a sociedade à compreensão das desigualdades e à busca por uma prosperidade que, mesmo quando individual, tem reflexos coletivos.

Sobre questões relacionadas à regência, é correto afirmar:

- A) as duas ocorrências de uso do acento grave devem-se à regência de um mesmo nome
- B) as duas ocorrências de uso do acento grave devem-se à regência de um mesmo verbo.
- C) o primeiro “a” é uma preposição, devido à regência do nome.
- D) o primeiro “a” é uma preposição, devido à regência do verbo.
- E) o primeiro “a” é um artigo exigido pela regência do verbo.

5. A palavra em destaque autoriza o resgate de uma informação implícita em:

- A) “O grande desafio atual, no processo de institucionalização das leis sobre bibliotecas, é **tornar** esses espaços relevantes e significativos para os contextos em que estão inseridos”.
- B) “E esse desejo vem a partir do momento em que a sociedade **percebe** que os ganhos, não apenas no sentido material, são muitos quando proporcionados por uma biblioteca”.
- C) “Um desejo que seja coletivo, que nasça da comunidade, e não apenas da atuação isolada de um profissional diante de um acervo que, por si só, não **tem** valor”.
- D) “**É** assim que as bibliotecas, especialmente as públicas e escolares, podem assumir um papel protagonista em nossa sociedade”.
- E) “É preciso reduzir o tempo, aqui entendido como o tempo de formação, que o profissional **leva** para encarar o cenário real de sua prática”.

6. Analise o parágrafo a seguir.

**Ao olharmos para a história da humanidade**, da Mesopotâmia às redes de informação contemporâneas, percebemos **que o desenvolvimento das nações sempre esteve ligado ao fortalecimento de suas instituições de informação**. Esse ensinamento nos coloca diante de um momento ímpar. Se já temos leis **que favorecem as bibliotecas**, por que elas ainda não se tornaram plenamente efetivas?

Em relação às orações em destaque, é correto afirmar:

- A) as três orações exercem funções sintáticas idênticas.
- B) a primeira oração exerce função de advérbio, enquanto as últimas, função de adjetivo.
- C) a primeira oração exerce função de advérbio, enquanto as últimas, função de substantivo.
- D) as duas primeiras exercem função de substantivo, enquanto a última, função de adjetivo.
- E) as três orações exercem funções sintáticas distintas.

7. Analise o período a seguir.

Esse crescimento do interesse pela instituição é fruto do trabalho de muitos profissionais que lutam **para** criar espaços de fruição da informação e, conseqüentemente, da cultura em nossa sociedade.

A palavra em destaque é classificada como uma

- A) conjunção que introduz uma consequência.
- B) conjunção que introduz uma finalidade.
- C) preposição que introduz uma finalidade.
- D) preposição que introduz uma consequência.
- E) interjeição que introduz uma explicação.

8. Analise o parágrafo abaixo.

Neste momento, em **que[1]** um mínimo legal foi e está sendo garantido, é necessário que a sociedade compreenda a importância das bibliotecas, ou melhor, da informação, para a sua vida, tanto no aspecto material quanto simbólico. Só esse espaço plural, **onde[2]** diferentes discursos coexistem e o autoritarismo não encontra lugar, pode levar a sociedade à compreensão das desigualdades e à busca por uma prosperidade que, mesmo quando individual, tem reflexos coletivos.

Em relação aos termos em destaque, é correto afirmar:

- A) os dois são considerados pronomes demonstrativos que retomam um substantivo e exercem função de adjunto adnominal.
- B) os dois são considerados pronomes interrogativos que retomam uma locução adverbial e exercem função de sujeito.
- C) o primeiro pode ser substituído por “onde”, sem alteração sintático-semântica.
- D) o segundo pode ser substituído por “que”, sem alteração sintático-semântica.
- E) os dois são considerados pronomes relativos que retomam um substantivo e exercem função de adjunto adverbial.

9. Considerando a sua totalidade, o texto apresenta, de maneira
- A) dominante, a linguagem conotativa, inadequada ao gênero textual.
  - B) exclusiva, a linguagem denotativa, inadequada à sequência textual
  - C) exclusiva, a linguagem conotativa, adequada ao gênero textual.
  - D) dominante, a linguagem denotativa, adequada ao gênero textual.
  - E) exclusiva, a linguagem conotativa, adequada à sequência textual.
10. Considerando a coesão e a progressão discursiva, a interligação
- A) entre o segundo e o primeiro parágrafos do texto é feita por meio de um pronome, responsável pelo acréscimo de informações.
  - B) entre o segundo e o primeiro parágrafos do texto é feita por meio de uma elipse, responsável pela repetição de informações.
  - C) entre os períodos do segundo parágrafo do texto é feita, tão somente, por pronomes pessoais, responsáveis pelo acréscimo de informações.
  - D) entre os períodos do segundo parágrafo do texto é feita, tão somente, por pronomes demonstrativos, responsáveis pelo acréscimo de informações.
  - E) entre o segundo e o primeiro parágrafos do texto é feita por meio de um pronome, responsável pela repetição de informações.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. João está preocupado em perder seus arquivos importantes no computador. Para garantir a segurança dos seus dados, João deve
- A) armazenar os arquivos e confiar que estarão sempre seguros sem a necessidade de cópias de segurança.
  - B) salvar arquivos importantes somente na pasta “Documentos”, pois isso garante a recuperação em caso de falha do sistema operacional.
  - C) ativar o antivírus, pois essa ação é suficiente para manter todos os arquivos preservados, e evitar a realização de *backups*.
  - D) efetuar cópias de segurança periódicas em dispositivos externos ou em serviços de nuvem.
  - E) guardar uma cópia de segurança na mesma partição, em diretórios distintos, pois garante o *backup* do arquivo.
12. Ao instalar novas máquinas nos laboratórios de informática do IFPE, o técnico de laboratório precisou instalar os aplicativos utilizados nas aulas. Durante o procedimento, percebeu também que havia programas que os alunos não iriam utilizar e que ocupavam espaço em disco. Para manter o sistema organizado e funcional, é preciso
- A) instalar programas de sites desconhecidos, pois, dessa forma, se acessa rapidamente a versões gratuitas de qualquer aplicativo.
  - B) remover programas desnecessários para as atividades desenvolvidas pelos alunos, utilizando as ferramentas próprias do sistema, liberando espaço e evitando sobrecarga desnecessária.
  - C) manter todos os programas que vieram pré-instalados no computador evita problemas em seu funcionamento.
  - D) alterar manualmente os arquivos de instalação de um programa, considerando que isso pode otimizar seu desempenho.
  - E) instalar versões diferentes de um mesmo programa, supondo que isso amplia as opções para os usuários, facilitando o desenvolvimento das atividades.

**EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025**

13. Uma ferramenta bastante utilizada para comunicação é o correio eletrônico, que pode ser alvo de tentativas de fraude ou disseminação de softwares maliciosos. Para aumentar a segurança no uso desse serviço, o usuário deve
- A) abrir anexos de qualquer remetente, pois os provedores de e-mail realizam verificações automáticas que garantem a ausência de vírus.
  - B) clicar em links dos e-mails que parecerem interessantes, considerando que o navegador bloqueia automaticamente páginas inseguras.
  - C) verificar o remetente e o conteúdo das mensagens antes de clicar e abrir os anexos.
  - D) responder mensagens suspeitas, solicitando mais informações ao remetente.
  - E) compartilhar sua senha de e-mail com colegas de confiança, pois esse procedimento facilita o acesso em situações emergenciais.
14. A geração de índices (sumários automáticos) depende diretamente da aplicação correta de estilos nos títulos e subtítulos. Após o usuário inserir o sumário, o documento passou por diversas alterações que modificaram tanto os títulos quanto a numeração das páginas. Sendo assim, para atualizá-lo, a forma mais eficiente é
- A) atualizar cada entrada do índice, digitando novamente os títulos e ajustando os números de página após as mudanças.
  - B) selecionar o sumário já inserido e utilizar a função de atualização, podendo optar por atualizar apenas a numeração de páginas ou todo o conteúdo.
  - C) remover o sumário e criar um a cada alteração, pois o processador de texto insere as informações atualizadas automaticamente.
  - D) alterar o formato de fonte dos títulos no texto e o programa reconhecerá automaticamente essas mudanças no sumário.
  - E) inserir marcadores nos títulos e essa formatação será automaticamente incorporada ao índice.
15. Um professor deseja calcular a média das notas de seus alunos em uma planilha eletrônica, mas algumas células da coluna de notas estão em branco porque nem todos realizaram todas as atividades. Para obter o resultado correto, sem que as células vazias prejudiquem o cálculo, deve-se
- A) aplicar a função = **MÉDIA(A1:A25)**, pois ela desconsidera automaticamente as células vazias no cálculo.
  - B) digitar manualmente as notas em branco como zero, garantindo que a média considere todos os alunos igualmente.
  - C) utilizar a fórmula = **SOMA(A1:A25) / 25**, dividindo pelo número total de alunos, mesmo que alguns não tenham nota registrada.
  - D) inserir a fórmula = **CONT.VALORES(A1:A25) / SOMA(A1:A25)**, visto que essa relação fornece a média das notas.
  - E) inserir traços (“-”) nas células vazias, fazendo com que a planilha reconheça o símbolo como indicação de ausência de valor.

**LEGISLAÇÃO APLICADA**

16. A natureza jurídica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco é denominada de

- A) fundação pública.
- B) órgão público.
- C) autarquia.
- D) sociedade de economia mista.
- E) associação.

17. Conforme dispõe a Lei nº 8.112/1990, constitui um dos deveres do servidor público,

- A) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.
- B) não se ausentar do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- C) não manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
- D) promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.
- E) poder retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

18. Leia o excerto abaixo.

“Os atos administrativos são revestidos de propriedades jurídicas especiais decorrentes da supremacia do interesse público sobre o privado. Nessas características, reside o traço distintivo fundamental entre os atos administrativos e as demais categorias de atos jurídicos, especialmente os atos privados. [...]”.

Fonte:(MAZZA, Alexandre. **Curso de Direito Administrativo**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025, p. 218).

Sendo assim, constitui atributo do ato administrativo

- A) Forma.
- B) Tipicidade.
- C) Competência.
- D) Motivo.
- E) Finalidade.

19. Em 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou a Súmula Vinculante nº 13: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”. O conteúdo normativo dessa súmula vinculante está relacionado diretamente com o princípio da

- A) Legalidade.
- B) Eficiência.
- C) Moralidade.
- D) Publicidade.
- E) Motivação.

20. Quanto à licitação e aos contratos administrativos, disciplinados no âmbito da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar
- A) a previsão de meios alternativos de resolução de controvérsias como forma de solução de litígios em contratos administrativos não existe.
  - B) a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública terá prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.
  - C) o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: preparatória; de divulgação do edital de licitação; de habilitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; recursal; e de homologação.
  - D) a alienação de bens da Administração Pública, tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade diálogo competitivo.
  - E) a extinção do contrato poderá ser determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
21. Quanto aos direitos e às vantagens do servidor público federal, conforme a Lei nº 8.112/1990,
- A) o servidor pode acumular os adicionais de insalubridade e de periculosidade.
  - B) a ajuda de custo deve ser concedida ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.
  - C) as licenças para capacitação, adquiridas após cada quinquênio de efetivo exercício, se não gozadas, podem ser convertidas em pecúnia.
  - D) o adicional noturno deve ser remunerado com acréscimo de 25% sobre o valor-hora de trabalho.
  - E) o serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 100% em relação à hora normal de trabalho.
22. Nos termos da Constituição Federal de 1988, um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais é a,
- A) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos.
  - B) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
  - C) jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
  - D) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de 5 anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de 5 anos após a extinção do contrato de trabalho.
  - E) licença paternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 20 dias.
23. Quanto à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), alterada substancialmente pela Lei nº 14.230/2021, pode-se afirmar, corretamente, que
- A) aplicam-se integralmente ao sistema da improbidade os princípios constitucionais do direito penal e do processo civil.
  - B) configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.
  - C) cabe à pena de perda da função pública na improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
  - D) constitui ato de improbidade que causa prejuízo ao erário frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público.
  - E) as disposições da lei de improbidade administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

24. A Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro foi alterada pela Lei nº 13.655/2018, sendo acrescentados diversos dispositivos referentes ao Direito Público. Tais disposições foram regulamentadas pelo Decreto nº 9.830/2019, o qual prescreve que
- A) a motivação da decisão conterà os seus fundamentos e apresentará a incongruência entre as normas e os fatos que a embasaram, de forma eloquente.
  - B) serão considerados na interpretação de normas sobre gestão pública, de forma prioritária em face dos princípios de direito administrativo os obstáculos, as dificuldades reais do agente público e as exigências das políticas públicas a seu cargo, com prejuízo dos direitos dos administrados.
  - C) o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, cometer erro grosseiro ou agir com culpa no desempenho de suas funções.
  - D) a motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive consideradas as possíveis alternativas e observados os critérios de adequação, proporcionalidade e razoabilidade.
  - E) a análise da regularidade da decisão poderá substituir a atribuição do agente público, dos órgãos ou das entidades da administração pública no exercício de suas atribuições e competências, principalmente quanto à definição de políticas públicas.
25. Por meio da Lei nº 14.210/2021, alterou-se a Lei de Processo Administrativo Federal, acrescentando disposições sobre decisão coordenada. De tal sorte, é correto afirmar que
- A) a decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.
  - B) a decisão coordenada é aplicada em decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, órgãos ou entidades.
  - C) a decisão coordenada não é aplicada aos processos administrativos relacionados ao poder sancionador.
  - D) a decisão coordenada é aplicada aos processos administrativos de licitação.
  - E) a decisão coordenada será consolidada em ata, sendo dispensável sua publicação por extrato no diário oficial da união.

## INTEGRIDADE

26. O Decreto nº 11.529/2023 define conceitos relacionados ao Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação. Com base na referida Norma, transparência passiva é a
- A) disponibilização de informações em atendimento a pedidos realizados pelos cidadãos à Administração Pública Federal.
  - B) publicação obrigatória de dados, pelos órgãos e entidades públicas, em portais de transparência, independentemente de pedidos.
  - C) prática de restringir e limitar o acesso a documentos e informações sigilosas por motivo de segurança.
  - D) divulgação proativa de informações públicas por meio dos diferentes instrumentos de prestação de contas da instituição.
  - E) exigência de que somente parlamentares possam solicitar informações dos órgãos e entidades públicas.

**EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025**

27. Cada órgão e entidade da Administração Pública Federal direta e indireta deve constituir uma Comissão de Ética, conforme o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994). Entre as atribuições a seguir, assinale a que compete a esta Comissão.
- A) Assessorar as chefias imediatas no julgamento de condutas éticas e irregularidades administrativas.
  - B) Orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no trato com as pessoas e com o patrimônio público.
  - C) Aplicar penalidades disciplinares de advertência ou censura em casos de infração ética.
  - D) Avaliar o desempenho ético dos servidores e regulamentar as normas de progressão funcional.
  - E) Exercer poder correccional e instaurar processos administrativos disciplinares em razão de infrações éticas.
28. O Decreto Federal nº 12.122/2024 e a Portaria MGI nº 6.719/2024 integram uma política nacional voltada ao combate ao assédio e à discriminação na Administração Pública. Assinale a opção que melhor reflete a estratégia de governança pública adotada por esses normativos.
- A) O estabelecimento de mecanismos de prevenção, o fortalecimento dos canais de denúncia e a adoção de medidas educativas.
  - B) A substituição das ouvidorias públicas por comitês específicos de combate ao assédio e à discriminação.
  - C) A transferência integral da responsabilidade das chefias imediatas para as unidades de controle interno ou externo.
  - D) A criação de um regime disciplinar paralelo para tratar exclusivamente dos casos de assédio e discriminação.
  - E) A priorização da punição de servidores que praticarem assédio ou discriminação, em detrimento das medidas preventivas.
29. De acordo com o art. 18 do Decreto nº 9.203/2017, a auditoria interna governamental deverá agregar valor e melhorar as operações das organizações para o alcance de seus objetivos. Nesse sentido, a atuação da auditoria interna governamental ocorrerá
- A) por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, voltada a avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, dos controles e da governança.
  - B) pelo desenvolvimento de ações de consultoria e pela emissão de relatórios contábeis e financeiros com foco no controle de despesas públicas.
  - C) na verificação da legalidade e conformidade dos atos administrativos, bem como na elaboração do juízo de admissibilidade de processos correccionais.
  - D) de forma articulada e subordinada à alta gestão, aplicando testes financeiros e contábeis previamente definidos pelas unidades auditadas.
  - E) com foco na elaboração e gerenciamento dos controles internos e no monitoramento dos processos de gestão de riscos.
30. A gestão do IFPE aplicou um formulário aos estudantes com o objetivo de aperfeiçoar suas políticas públicas internas. Entre os dados solicitados estavam: nome, endereço, número do CPF, telefone de contato, convicção religiosa, orientação sexual e dados bancários. Nesse contexto, assinale as informações que são consideradas dados pessoais sensíveis nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).
- A) Número do CPF e telefone.
  - B) Número do CPF e dados bancários.
  - C) Convicção religiosa e orientação sexual.
  - D) Convicção religiosa e dados bancários.
  - E) Orientação sexual e número do CPF.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Um Reitor de um Instituto Federal, ao ser eleito, resolve delegar quase toda a sua autoridade aos seus Pró-Reitores e ao seu Gabinete, ficando responsável apenas por aquilo que ele não pode delegar por força de Lei. Ele confia cem por cento em sua equipe, disponibiliza recursos e diz estar disponível para ser consultado, mas não antecipa qualquer comunicação com a sua equipe. Considerando essas características, o Reitor apresenta-se como um líder
- A) democrático.
  - B) liberal.
  - C) modelador.
  - D) autocrático.
  - E) burocrático.
32. A Lei de criação dos Institutos Federais, Lei 11.892/2008, prevê em seu Art. 9º que “Cada Instituto Federal é organizado em estrutura *multicampi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores”. Sendo assim, a identificação da proposta orçamentária anual autorizada pelo Governo Federal para cada *campus* e a reitoria é realizada
- A) na proposta de divisão orçamentária anexa ao Plano de Desenvolvimento Institucional.
  - B) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - C) no Plano Plurianual do Governo Federal.
  - D) na Lei Orçamentária Anual (LOA) da União.
  - E) na Resolução de autorização orçamentária anual do Conselho Superior do Instituto Federal.
33. A tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das instituições federais de ensino superior - IFES prevê os prazos de guarda e a destinação final dos documentos. São elementos relacionados aos prazos de guarda e à destinação final dos documentos a
- A) fase inicial, a fase meio, a fase final e o arquivo morto.
  - B) fase corrente, a fase meio, a guarda permanente e o arquivo morto.
  - C) fase corrente, a fase intermediária, a guarda permanente e a eliminação.
  - D) fase corrente, a fase intermediária, o arquivo morto e a eliminação.
  - E) fase inicial, a fase corrente, a fase intermediária e a eliminação.
34. No Instituto Federal, a Auditoria Interna é o órgão responsável por avaliar a eficácia dos controles internos associados à execução da despesa. Atua de forma interna e independente da Gestão. Nesse sentido, uma das atribuições da auditoria é
- A) aplicar penalidade ao gestor e aos servidores que cometem irregularidades nos processos de execução da despesa pública.
  - B) realizar a conformidade diária dos procedimentos contábeis para liberar que o setor financeiro realize pagamentos.
  - C) responsabilizar-se pela alimentação dos indicadores relacionados ao processo de gestão do orçamento.
  - D) elaborar recomendações ao dirigente responsável pelo processo para que realize a correção de vulnerabilidades.
  - E) determinar que o setor de orçamento e finanças utilize fluxos e rotinas estabelecidas pela equipe de auditoria para aperfeiçoar os controles internos do setor.

35. O Controle é considerado uma das funções básicas da Administração. Na Administração Pública, a gestão de riscos é um mecanismo de governança pelo qual o controle é exercido nas instituições. As boas práticas de Gestão de Riscos indicam que ela deve estar presente em todos os níveis de gestão e planejamento da organização. Considerando que a gestão organizacional divide-se em três níveis (estratégico, tático e operacional), sob o enfoque da Gestão de Riscos, pode ser considerado um risco presente no nível tático da gestão organizacional
- A) a dificuldade em motivar servidores a participar de ações relacionadas ao programa de integridade da instituição.
  - B) o atraso na elaboração do termo de responsabilidade para fins de distribuição de um equipamento a um setor.
  - C) a alteração restritiva da política governamental responsável por garantir o pagamento de bolsas de estudos a alunos.
  - D) a quebra de um equipamento de laboratório essencial para o desenvolvimento das aulas práticas de um curso.
  - E) o erro no preenchimento de um Instrumento de Medição de Resultados (IMR) pelo fiscal de um contrato.
36. A Secretaria de Governança de um instituto federal de educação, preocupada com uma cultura de impunidade presente em um *campus* da instituição em relação a casos de assédio e discriminação que estão ocorrendo, propõe à Ouvidoria que inicie um trabalho preventivo, buscando apresentar à comunidade acadêmica desse campus algumas soluções para o tratamento do problema. Algumas dessas ações, com o propósito de melhorar o clima organizacional, envolvem valorizar a cultura de pessoas no âmbito institucional, buscando apoiar os interesses da comunidade, que não suporta mais esse clima em que as pessoas estão adoecendo. Sendo assim, são ações voltadas à valorização da cultura de pessoas que podem ser implementadas pela Ouvidoria:
- A) estimular a celebração do dia da consciência negra no *campus* e estimular eventos de confraternização entre as pessoas do *campus*, como a participação em "*happy hour*" realizado em bar após o expediente.
  - B) sensibilizar as pessoas para que sejam mais tolerantes com algumas piadas que fazem parte da cultura histórica da região e orientar a gestão do *campus* para que ela possa reorganizar os setores de forma que as pessoas possam escolher com quem trabalhar.
  - C) orientar a gestão a estabelecer mais espaços de lazer e entretenimento para que a comunidade acadêmica possa usar nos intervalos e sugerir a implementação de ginástica laboral para os servidores.
  - D) orientar a gestão a promover a ampliação do programa de gestão e desempenho para que mais pessoas possam trabalhar em regime de teletrabalho, buscando diminuir os atritos e orientar a criação de uma norma para definir formas de se vestir no *campus*.
  - E) realizar campanhas para conscientizar as pessoas quanto ao uso adequado dos mecanismos de denúncia e fomentar a criação de estrutura de acolhimento no *campus* para que as pessoas assediadas possam ser acolhidas.
37. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo Federal, é vedado ao servidor, no exercício do seu cargo,
- A) cometer erros em procedimento operacional previsto.
  - B) não ter conhecimento técnico ou habilidade para realizar uma tarefa.
  - C) deixar de utilizar avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento.
  - D) realizar erros de julgamento no exercício de um cargo de gestão.
  - E) desempenhar de forma ineficiente o seu cargo em razão de limitação de recursos.

38. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, ao tratar dos agentes públicos designados para desempenhar as funções essenciais à sua execução, exige que esses agentes preencham alguns requisitos. Dessa forma, entre os requisitos estabelecidos pela Lei para que uma pessoa possa exercer a função de agente de contratação, estão:
- A) ser, obrigatoriamente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública e ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola técnica da rede pública ou privada, com curso aprovado pelo Ministério da Educação.
  - B) não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração, ter atribuições relacionadas a licitações e contratos e possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola técnica da rede pública ou privada, com curso aprovado pelo Ministério da Educação.
  - C) não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração, ter atribuições relacionadas a licitações e contratos e ter certificado de participação em curso de pregoeiro fornecido por escola técnica da rede pública ou privada, com curso aprovado pelo Ministério da Educação.
  - D) ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública e ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público.
  - E) ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública e ter atribuições relacionadas a licitações e contratos e ter formação técnica em Administração ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público.
39. Entre outras responsabilidades e atribuições, as responsabilidades de um gestor de contrato são supervisionar e coordenar as atividades de fiscalização técnica, administrativa e setorial, acompanhando de perto os registros de ocorrências feitos pelos fiscais e informando à autoridade superior sobre questões que superem sua alçada. Considerando as funções administrativas – Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar –, e somente as responsabilidades do gestor de contrato informadas, é possível perceber o exercício das funções administrativas
- A) Planejar e Organizar.
  - B) Dirigir e Controlar.
  - C) Organizar e Dirigir.
  - D) Planejar e Controlar.
  - E) Organizar e Controlar.
40. A gestão de processos permite que a instituição pública considere os processos organizacionais ou de negócio como ativos que devem ser compreendidos, gerenciados e aperfeiçoados com a finalidade de gerar valor, entregas capazes de atender às expectativas positivas da sociedade. A gestão de processos permite que uma instituição elimine, corrija ou substitua processos que não contribuem para que a instituição possa gerar valor para a sociedade. Ao mensurar a colaboração apresentada da gestão de processos para a melhoria do desempenho organizacional, percebe-se ela contribuiu com os processos da organização considerando a sua
- A) Eficiência.
  - B) Eficácia.
  - C) Produtividade.
  - D) Conformidade.
  - E) Efetividade.

41. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, ao redigir uma comunicação oficial, com a finalidade de tornar o texto mais claro e preciso, sugere-se
- A) o uso de frases longas, a fim de tornar o texto mais explicado e completo para quem irá receber a mensagem.
  - B) fazer uso de nomenclatura própria da área, quando necessário, em razão de abordar assunto técnico.
  - C) o uso de termos rebuscados, com o objetivo de valorizar o conhecimento sobre a língua portuguesa.
  - D) evitar a articulação da linguagem comum ou técnica, para não confundir quem irá receber a mensagem.
  - E) valorizar o uso de regionalismos, com o objetivo de valorizar a história e o local do local de origem na mensagem.
42. Um Instituto Federal, considerando a sua autonomia administrativa, resolve promover uma alteração em sua estrutura funcional, deixando-a mais horizontal. Nesse sentido, entende-se que a estrutura do Instituto que promoveu essa alteração sofreu algumas mudanças relacionadas à divisão do trabalho, ao nível exigido de especialização dos servidores, à hierarquia presente e em relação a sua amplitude administrativa. Dessa forma, o Instituto Federal passou a ter uma estrutura em que cada servidor assume uma variedade
- A) menor de tarefas e responsabilidades; se exige um menor nível de especialização dos seus servidores; amplia o número de chefes; amplia o número de servidores vinculados às coordenações e/ou diretorias remanescentes.
  - B) maior de tarefas e responsabilidades; se exige um maior nível de especialização dos seus servidores; diminui o número de chefes; amplia o número de servidores vinculados às coordenações e/ou diretorias remanescentes.
  - C) menor de tarefas e responsabilidades; se exige um maior nível de especialização dos seus servidores; diminui o número de chefes; diminui o número de servidores vinculados às coordenações e/ou diretorias remanescentes.
  - D) maior de tarefas e responsabilidades; se exige um menor nível de especialização dos seus servidores; amplia o número de chefes; diminui o número de servidores vinculados às coordenações e/ou diretorias remanescentes.
  - E) maior de tarefas e responsabilidades; se exige um menor nível de especialização dos seus servidores; diminui o número de chefes; amplia o número de servidores vinculados às coordenações e/ou diretorias remanescentes.
43. Um servidor de um Instituto Federal promove o atendimento ao público considerando quatro fases. Na primeira fase, demonstra boa apresentação, cortesia e atenção, parando o que está fazendo, cumprimentando respeitosamente e demonstra querer escutá-lo. Na segunda, demonstra boa comunicabilidade e conduta, ouvindo sem interrompê-lo, confirmando que está entendendo e sendo honesto e proativo, informando com transparência o que irá fazer para atendê-lo. Na terceira fase, demonstra eficiência e presteza, oferecendo a resposta ou solução esperada no atendimento. Na quarta e última fase, encerra o atendimento, agradecendo a paciência em esperar o atendimento e se despede com um cumprimento. Com base no atendimento prestado ao servidor, é possível perceber a presença dos princípios
- A) atendimento, conduta, solução, resposta e responsabilização.
  - B) legalidade, publicidade, impessoalidade, hierarquia e moralidade.
  - C) apresentação, atenção, comunicabilidade, presteza e eficiência.
  - D) transparência, responsabilidade, controle, integridade e zelo.
  - E) isonomia, boa-fé, acessibilidade, proteção de dados e motivação.

44. Uma ferramenta muito utilizada para avaliação do desempenho organizacional é o Balanced Scorecard (BSC). O BSC propõe que o desempenho seja avaliado sob quatro perspectivas interdependentes. Essas perspectivas são:
- A) serviços internos; análise de riscos; satisfação dos interessados e produtividade.
  - B) financeira; clientes; processos internos; e aprendizado e crescimento.
  - C) eficiência; eficácia; efetividade; e geração de valor para a sociedade.
  - D) planejamento; pensamento sistêmico; ação; e desenvolvimento.
  - E) liderança transformadora; inovação; sinergia; e lucratividade.
45. A Matriz SWOT é uma ferramenta de diagnóstico estratégico que mapeia elementos internos – forças e fraquezas – e externos – oportunidades e ameaças –, que devem ser organizados em quatro quadrantes para que sejam analisados, a fim de definir estratégias a serem adotadas. Ao realizar uma análise por meio da matriz SWOT quanto à implementação da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a equipe responsável pela área de contratações de um *campus* de um instituto federal identificou, pelo menos, um elemento de cada quadrante. Sendo assim, um elemento que representa uma força para a referida equipe é
- A) a existência de documentos de licitação e contratos já padronizados e adequados à Lei anterior.
  - B) a disponibilização de Acórdãos e Guias Orientativos pelo Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União.
  - C) o acompanhamento mais próximo dos órgãos de auditoria e controle em relação à implementação da nova lei.
  - D) a boa reputação do *campus* na Comunidade no que se refere à área de contratações e licitações.
  - E) a oferta de cursos de capacitação pela Escola Nacional de Administração Pública relacionados à nova Lei de Licitações.
46. Dois servidores de um setor administrativo entraram em conflito no momento em que receberam o comunicado para que a equipe realizasse a solicitação das férias. Sabendo do conflito, o chefe os chamou para uma reunião, ouviu os dois e os ajudou a expressar o que cada um observou. Pediu que, um de cada vez, eles dissessem como se sentiram e o que realmente precisavam. Logo após, considerando as reflexões, um acordo mútuo sobre o planejamento das férias foi firmado entre as partes. Essa abordagem de comunicação que permitiu a resolução do conflito é conhecida como
- A) Comunicação Não Violenta.
  - B) Círculos Restaurativos.
  - C) Negociação Estratégica.
  - D) Comunicação Persuasiva.
  - E) Análise Transacional.

47. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), em seu Art. 135, estabelece que os preços dos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, ou com predominância de mão de obra, serão repactuados para manter o equilíbrio econômico-financeiro. Essa repactuação será feita mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado e ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra. Assim, para que a repactuação desse tipo de contrato aconteça, a Administração
- A) observará os direitos dos trabalhadores não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
  - B) considerará as disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que trate de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.
  - C) deverá observar o intervalo mínimo de dois anos, contados da data da apresentação da proposta ou de um ano, contado da data da última repactuação.
  - D) não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado.
  - E) não se vinculará à solicitação do contratado para promover a repactuação do contrato, estando incumbida de acompanhar as alterações dispostas nas convenções coletivas e a variação dos preços dos insumos utilizados na prestação de serviços.
48. Um servidor público, aproveitando-se do fato de ter acesso a alguns equipamentos de áudio e vídeo, resolve levar um projetor de vídeo para usar em sua casa para assistir a um jogo da Copa do Mundo com a sua família e alguns colegas de trabalho. Um dos seus colegas, percebendo que o equipamento se tratava de um equipamento do Instituto Federal, fez uma denúncia anônima à Ouvidoria da Instituição, por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Fala.BR. Esse servidor respondeu a um Processo Administrativo Disciplinar e a Comissão Processante apurou no curso do processo que ele cometeu um ato que é proibido ao servidor público — Art. 117, XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares — e, após todos os trâmites regulares do processo, a autoridade competente aplicou a penalidade de
- A) Advertência.
  - B) Suspensão.
  - C) Demissão.
  - D) Multa.
  - E) Suspensão e Multa.

49. A Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei nº 12.527/2011) estabelece a “observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção”, visando ampliar o controle social sobre o Estado e combater a corrupção. Um cidadão, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão, solicitou a lista de servidores de um Instituto Federal que receberam algum tipo de auxílio ou benefício financeiro no ano anterior, os valores pagos e os valores que ficaram em restos a pagar, a serem quitados no exercício atual. A fim de atender à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), que define como as informações pessoais dos cidadãos devem ser tratadas, o Instituto Federal
- A) fornecerá a lista, conforme solicitado, no entanto deverá tarjar os demais dados pessoais presentes no relatório, buscando também atender à proteção do interesse público e geral preponderante previsto na LAI.
  - B) deverá indeferir a solicitação de acesso à informação, considerando o conceito trazido pela LGPD, que define dado pessoal como “informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável” (Art. 5º, I).
  - C) fornecerá a lista mediante obtenção do consentimento – manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada – de todos os servidores listados.
  - D) deverá ignorar a Lei de Acesso à Informação, quando se tratar de solicitações contendo dados pessoais, uma vez que o tratamento de dados pessoais é disciplinado apenas na LGPD, e indeferir a solicitação de acesso à informação.
  - E) fornecerá a lista, desde que a solicitação de acesso à informação identifique a pessoa solicitante, a finalidade do tratamento da informação requerida e quais os mecanismos de segurança que ela irá adotar para não vazarem essas informações a outrem.
50. Um Instituto Federal iniciou o mapeamento de seus processos organizacionais com a finalidade de promover a conformidade desses processos com os objetivos da sustentabilidade organizacional. Iniciando pela área do Ensino, a equipe resolveu mapear o processo de acompanhamento pedagógico dos alunos. Antes do mapeamento, ele envolvia somente o acompanhamento das notas, das faltas e do comportamento dos alunos e, quando necessário, os pais eram chamados para receber orientações sobre como colaborar com esse processo. Realizado o mapeamento, constatou-se a necessidade de incluir novas etapas com foco nas questões sociais, ambientais e de governança, promovendo uma forte adequação do processo ao propósito da sustentabilidade organizacional. Sendo assim, se implementadas, as etapas que contribuirão com uma maior sustentabilidade organizacional no Instituto são:
- A) implementação de mecanismos de rastreabilidade e justificativa nas decisões pedagógicas; organização de atividades específicas para alunos com baixo rendimento; e verificação da execução dos conteúdos previstos pelos docentes.
  - B) acompanhamento de indicadores sobre o uso consciente de recursos (água, energia, papel); inclusão de indicadores de integridade nos relatórios periódicos de acompanhamento; e estímulo à participação dos alunos em conselhos escolares ou fóruns de discussão sobre o processo pedagógico.
  - C) atualização de históricos, boletins, diários de classe e sistemas acadêmicos; promoção de campanhas educativas com os alunos sobre sustentabilidade e avaliação do engajamento como parte do acompanhamento; e acompanhamento de alunos em situação de retenção ou reprovação.
  - D) acompanhamento do relacionamento do rendimento escolar com projetos ambientais desenvolvidos pelos alunos; acompanhamento com foco em notas, frequência e evolução do aluno; e apoio especializado para dificuldades de aprendizagem.
  - E) inclusão de ferramentas para medir o nível de conhecimento dos alunos; criação de um indicador de participação e engajamento ambiental que possa ser considerado no acompanhamento pedagógico; e elaboração de um guia institucional com os critérios e procedimentos adotados no acompanhamento pedagógico.